

I - à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:

a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;

(...)

g) admissibilidade de proposições.

2.2 Da Iniciativa da Vereadora

O presente Projeto de Lei busca instituir de forma oficial no Município de Unaí a Semana de Conscientização da Luta das Pessoas com Deficiências a ser realizada anualmente no mês de setembro com o “objetivo de conscientizar sobre a importância do desenvolvimento de meios de inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. O preconceito e a inacessibilidade também são dois pontos centrais a serem debatidos durante esta data, e que são responsáveis por dificultar a vida dessas pessoas com deficiência”.

A autora tem a iniciativa da matéria garantida pelo inciso I do artigo 188 do Regimento Interno desta Egrégia Casa.

Art. 188. Ressalvada a iniciativa privativa prevista na Lei Orgânica, a apresentação de projeto cabe:

I - a Vereador;

II - a Comissão ou à Mesa da Câmara;

III - ao Prefeito; e

IV - aos cidadãos.

Ademais, a Lei Orgânica do Município dispõe que é competência comum do Município, União e Estado cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência (art. 19, II).

Ressalta-se que a Lei Federal n.º 11.133/2005 instituiu o dia 21 de setembro como o “Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência”. Logo, o projeto traduz mera campanha anual de conscientização da população de que as pessoas com deficiência devem ter seus direitos respeitados sem aumentar despesas e estabelecer obrigações ou encargos para o Poder Executivo.

Conforme dispõe o artigo 30, I, da Constituição Federal de 1988, “Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.” No mesmo sentido, o artigo 17, I, da Lei Orgânica do Município de Unaí assevera que “Ao Município compete, privativamente, legislar sobre assuntos de interesse local”.

Assim, o Projeto de Lei nº 73/2022 se insere, efetivamente, na definição de interesse

local e não apresenta vício de iniciativa e impecilho para tramitar nesta Casa.

3) Conclusão:

Em face do exposto, opino, salvo melhor juízo, pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei n.º 73/2022.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 24 de junho de 2022; 78º da Instalação do Município.

VEREADOR PAULO CESAR RODRIGUES

Relator